

À medida que a ameaça soviética foi sendo substituída no pensamento estratégico ocidental por um conjunto de novas ameaças e riscos ligados a fenómenos que só recentemente passaram da dimensão doméstica para um patamar com incidência global – como o narcotráfico, o terrorismo ou a violação dos direitos humanos – não só os conceitos de segurança e defesa evoluíram para formulações mais consentâneas com as novas sensibilidades, como as implicações financeiras das opções feitas nesses domínios passaram a ser crescentemente questionadas por uma opinião pública interessada em perceber os fundamentos das prioridades assumidas.

Num sector marcado por orçamentos em contracção e onde os preços unitários do armamento e do equipamento não cessam de crescer, a racionalidade económica das políticas de defesa torna-se rapidamente uma exigência do cidadão comum. E, nesta perspectiva, a questão das indústrias de defesa ocupa um papel central.

Como europeus, a ênfase do debate teórico está naturalmente colocada na articulação das organizações encarregadas da segurança e defesa da Europa, bem como nas modalidades de coordenação que permitam à(s) indústria(s) de defesa europeia(s) concorrer com os gigantes americanos do sector. Mas também nos interessa averiguar de que forma podemos apoiar a gestão da instabilidade em periferias estrategicamente próximas, como a África Sub-Saariana ou a Bacia do Mediterrâneo.

A abrir o dossier, Keith Hartley aborda a problemática da(s) indústria(s) europeia(s) de defesa numa óptica de racionalidade económica. Começa por chamar a atenção para duas condicionantes essenciais: os orçamentos que diminuem e os preços unitários dos equipamentos que aumentam cerca de 10% ao ano em termos reais, o que tem como consequência uma quebra nas encomendas, o cancelamento de programas e o despedimento de trabalhadores – motivos pelos quais as opções para a construção duma base industrial de defesa europeia se colocam com enorme urgência. Consciente das dificuldades que afectam a criação dum único mercado europeu de defesa, o autor avança diversas sugestões que facilitariam a

coordenação entre países e sectores industriais, destacando uma política de compensações capazes de dinamizar o mercado de trabalho para os perdedores dos concursos, e não necessariamente apenas no domínio da defesa. Na parte final, aparece uma nota da maior relevância: se os Governos europeus estão sinceramente interessados numa política de fusões que torne o sector da defesa competitivo com o homólogo americano, têm que fornecer um sinal claro, passando a actuar em conjunto e agregando a procura.

Todd Sandler procura avaliar os desafios que se colocam à NATO na região do Mediterrâneo e de que forma a Aliança pode auxiliar os países ribeirinhos, dedicando uma especial atenção aos riscos colocados pelo terrorismo e pelas armas de destruição maciça, bem como às despesas de defesa e aos encargos financeiros suportados pelos aliados mediterrânicos da NATO. Por razões históricas, que ele discrimina, estes encargos têm sofrido um declínio surpreendentemente modesto, quando comparado com a redução generalizada das despesas de defesa no conjunto dos países desenvolvidos. Por outro lado, aumentando o número de operações de paz e o envolvimento da NATO, com o conseqüente aumento das responsabilidades financeiras, levantam-se questões sérias no que respeita à repartição dos custos. Por fim lembra que, embora o terrorismo esteja em recessão no Mediterrâneo, não deve ser menosprezado, sobretudo pelas ameaças que coloca à paz e à estabilidade duma região marcada por um crescimento demográfico explosivo e por uma acentuada subida do desemprego, circunstâncias que justificam o apoio da NATO às políticas de desenvolvimento e estabilização regionais.

Jurgen Brauer, por seu turno, ocupa-se da problemática dos bens privados e públicos, nacionais e internacionais, recursos comuns e bens de clubes, para em seguida relacionar as tecnologias de produção com os princípios que presidiram à concepção das instituições responsáveis por essa produção. Na opinião do autor, o papel destas instituições nos processos de construção da paz tem sido relativamente negligenciado, tornando-se necessário identificar as modalidades de acção disponíveis em cada área regional. Por fim, apresenta algumas propostas institucionais específicas, com incidência regional, no que respeita à manutenção da paz e à gestão dos conflitos na África Austral.

Manuela Sarmiento-Coelho anuncia como objectivo para o seu trabalho a análise das opções estratégicas ao dispor das indústrias de defesa europeia e portuguesa e começa por enquadrar o tema no contexto mundial. Em

seguida, avança a tese de que um eventual sucesso da indústria de defesa europeia depende fortemente da vontade política dos diferentes países para criar consensos em matéria de financiamento, normalização, repartição de encomendas e compensações para os intervenientes. Em seguida, perspectiva algumas modalidades de desenvolvimento e expansão para as principais indústrias de defesa portuguesas, tendo em conta a indispensável adaptação às necessidades dos mercados e o reforço dos factores de competitividade, numa via que acompanhe a evolução da Identidade Europeia de Segurança e Defesa ao serviço duma futura defesa autónoma para a Europa, sem descurar a colaboração em projectos e a realização de parcerias, de fusões e de alianças com empresas da União Europeia, dos Estados Unidos e da região Ásia-Pacífico.

José Penedos debruça-se sobre o processo de reequipamento e modernização das Forças Armadas portuguesas, afirmando que ele tem em consideração os condicionamentos orçamentais e de modo algum pode servir de pretexto para perpetuar a existência de capacidades produtivas sem qualquer racionalidade económica. No entender do autor, o primeiro – e indispensável – passo a dar no sector das indústrias de defesa, cabe à União Europeia: a criação dum quadro de convergência que leve em linha de conta as peculiaridades das diversas indústrias nacionais e, em simultâneo, as correspondentes despesas de defesa. As indústrias nacionais têm que coordenar esforços com os sectores congéneres dos outros Estados membros, porque o contexto concorrencial é muito apertado. Para a indústria de defesa europeia se tornar competitiva, todos os passos do processo, da concepção à produção e colocação no mercado, têm que ser dados em comum, aceitando cada país membro uma quota-parte realista de oportunidades, na linha do acordado na cimeira anglo-francesa de Saint-Malo. Quanto ao reequipamento das Forças Armadas portuguesas, dá a conhecer os aspectos mais marcantes do recurso a novas modalidades de financiamento para a aquisição da frota de submarinos, com as quais fique assegurada a utilização irrestrita, pela Armada nacional, das referidas embarcações.

Finalmente, Mateus da Silva relaciona as despesas de defesa com o produto interno bruto de diferentes países, em ordem a tirar algumas conclusões sobre a racionalidade económica das referidas despesas. Este relacionamento pode conter, segundo o autor, duas abordagens: a economia da defesa e a defesa da economia – e é neste quadro de dupla racionalidade económica que é preciso perspectivar a justificação estraté-

gica das indústrias de defesa. Numa linha largamente coincidente com a da maioria dos especialistas, Mateus da Silva propõe que a reconversão da indústria de defesa portuguesa se faça em articulação com as restantes indústrias europeias, investindo vigorosamente em I&D, incentivando a participação em projectos multilaterais de alguns laboratórios nacionais excelentemente equipados em meios humanos e materiais e aproveitando as contrapartidas da Lei de Programação Militar, num quadro de alianças estratégicas no âmbito NATO e UE.